Ministro japonês defende despejo de água radioativa de Fukushima no Pacífico

10 de Setembro, 2019

O ministro do Meio Ambiente do Japão, Yoshiaki Harada, defendeu hoje que a única solução para eliminar a água radioativa da central nuclear de Fukushima é despejá-la, depois de tratada, nas águas do Oceano Pacífico, noticia a Lusa.

Desde o acidente da central nuclear de Fukushima, em 2011, a empresa proprietária da instalação, a Tokyo Electric Power Company (Tepco), acumulou mais de um milhão de toneladas de água altamente radioativa, que foi usada para arrefecer os reatores danificados.

"Penso que não há outra hipótese a não ser lançá-la ao mar", disse Harada, quando questionado sobre o destino da água contaminada, durante uma conferência de imprensa de balanço sobre o seu mandato no ministério do Meio Ambiente. O gabinete do primeiro-ministro, Shinzo Abe reagiu de imediato a esta declaração de Harada, dizendo que o compromete apenas a ele, recordando que o ministro está de saída, no âmbito de uma remodelação governamental.

Se o armazenamento da água radioativa for mantido ao ritmo atual, a Tepco estima que ficará sem espaço para a preservar antes de 2022, o que levou a empresa e o Governo a procurar medidas para resolver o problema.

A solução de despejar a água no Oceano Pacífico não é nova: já em 2016, uma comissão de especialistas mandatada pelo Ministério da Indústria japonês concluiu que essa opção era a "mais rápida e menos dispendiosa", embora não se excluíssem outras possibilidades.

Nessa altura, a comissão de especialistas calculou que demoraria sete anos e quatro meses o processo de libertação da água no oceano, após a sua diluição, com um custo estimado de cerca de 28 milhões de euros, enquanto as outras técnicas custariam 10 a 100 vezes mais e demorariam um período de oito a 13 anos.

A Tepco já realizou várias descargas específicas de centenas de toneladas de água processada, desde 2015, mas em volume abaixo do que a lei japonesa determina como limite para descargas. Uma fonte ligada à comissão de especialistas referiu as dificuldades do processo de libertação da água no Oceano Pacífico, recordando que, para ser despejada, de acordo com os tratados ambientais internacionais, ela precisa de ser sujeita a um forte controlo de níveis de diluição.

O Governo japonês tem estudado, desde 2016, várias soluções alternativas, mostrando-se preocupado com o impacto ambiental, mas também com os danos colaterais na imagem do Japão junto da comunidade internacional.